

VETERANOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E POLÍTICA-PARTIDÁRIA NO BRASIL (1945-1985)

DENNISON DE OLIVEIRA*

A literatura disponível sobre a participação dos veteranos de guerra brasileiros no quadro político-partidário que se instaura em 1946 é fragmentária e escassa. Apenas recentemente se começou a incluir como objeto de estudo a ação política dos ex-combatentes brasileiros. Os estudos pioneiros já disponíveis que citam o tema são de dois tipos. O primeiro se refere ao estudo da ação política-partidária dos veteranos no que diz respeito à criação e implementação de leis de interesse do processo de reintegração social do ex-combatente. O segundo diz respeito ao estudo do paradoxo histórico que é a adesão de militares à partidos ou movimentos de esquerda, a assim chamada Esquerda Militar.

O entendimento da ação político-partidária dos ex-combatentes no Brasil ainda se encontra em estágio inicial. Muitas pesquisas ainda serão necessárias para se estabelecer as circunstâncias pelas quais os veteranos da Segunda Guerra Mundial optaram por aderir a este ou aquele partido ou movimento político. Parece claro que esta adesão teve impacto sobre as políticas públicas de reintegração social dos ex-combatentes, embora ainda não esteja claro se influenciaram também em algum grau o próprio funcionamento do sistema político-partidário vigente.

As principais características do sistema político-partidário vigente no período 1945-64 são bem conhecidas. O período que passou à História Política Brasileira como a “República Populista” constitui uma primeira experiência – ainda que muito limitada - de participação política de massas, principalmente trabalhadores urbanos, na disputa político-partidária. Embora a Constituição de 1946 tenha mantido diversos mecanismos institucionais de controle da participação coletiva, como os sindicatos atrelados ao Estado, uma polícia política (DOPS), etc. ela permitia um grau aparentemente sem precedentes de liberdades civis e políticas – incluindo a criação e funcionamento de partidos políticos, com a notável exceção do Partido Comunista, tornado ilegal a partir de 1948.

* Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR); Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP, 1995)

A aplicação das liberdades democráticas consagradas naquela constituição foi consideravelmente retardada ou bloqueada pelas características que assumiam o Estado e a Sociedade Civil naquele contexto histórico. Para começar, alguns dos piores constrangimentos ao pleno exercício da cidadania política vigentes desde a fase inicial da República continuavam a prosperar. A forma pela qual se deu a transição democrática, com o firme controle do Poder Executivo sobre a legislação e calendário eleitorais, por exemplo criou diversos outros. É o caso, pois de se referir ao contexto histórico – embora não apenas a este - como caracterizado pela vigência de uma cidadania incompleta.

As características históricas das instituições brasileiras, sejam componentes do aparelho de Estado (elitismo, clientelismo, patrimonialismo, etc.), seja do Exército (hierarquia, disciplina, etc.) conspiravam nesse contexto histórico para obstaculizar qualquer processo mais radical tanto de reivindicação de novos direitos quanto de aplicação dos já existentes. E isso teve implicações sobre a luta que travaram os ex-combatentes pelo atendimento aos interesses do processo de reintegração social.

O acesso a cargos políticos através do sistema eleitoral e a correspondente influência sobre o processo legislativo, isoladamente, não garantiam o sucesso das políticas de reintegração social dos ex-combatentes. Por se constituírem em um efetivo reduzido (os mencionados cerca de 25.000 homens) a pressão eleitoral dos veteranos de guerra seria negligenciável naquele contexto. No processo legislativo teriam sido grandes as dificuldades tanto para eleger representantes dos seus interesses, quanto para pressionar os legisladores a abraçar sua causa.

É importante notar que as interpretações históricas até aqui disponíveis sobre o processo de reintegração social do ex-combatente tem desconsiderado a forte possibilidade de que, mesmo tendo em vista quadro tão adverso, indivíduos e/ou instituições tenham conseguido fazer valer seus direitos apelando justamente para aquelas características do contexto político e institucional que os poucos autores que tem se dedicado ao tema consideram apenas como óbices ou obstáculos.

A hipótese aqui é a de que o processo de reintegração social do ex-combatente tenha sido realizado de forma tão mais bem sucedida quanto maior tenha sido a habilidade de indivíduos e organizações colocarem a favor dessa causa justamente os mecanismos e práticas

pelas quais funcionavam as diferentes arenas decisórias das quais ela dependia. Num sistema decisório e administrativo fundamentalmente elitista, teriam eles tomado parte da elite política. Num sistema eleitoral pautado pelo clientelismo, teriam exercido práticas clientelísticas a fim de eleger seus próprios representantes legislativos. Numa cultura política patrimonialista teriam usado o patrimônio coletivo como se fosse seu para manter e ampliar seu poder de reivindicação. Considerar como válida essa hipótese implica em assumir que teria ocorrido o mesmo em relação a instituição militar. Em particular no Exército, o uso de quadros dos ex-combatentes ou seus simpatizantes em posições de poder e influência, podia facilitar o atendimento de uma série de demandas destes. A formulação dessa hipótese surgiu no exame da relação mantida por um partido político e uma das associações de ex-combatentes surgida no Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial: a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) e o Partido Libertador (PL).

A LPE surgiu no imediato pós-guerra resultado da iniciativa de um grupo de veteranos da Campanha da Itália (1944-45). Em sua maioria eram oficiais da ativa e da reserva do Exército, geralmente desfrutando de boa situação econômica, que haviam lutado ou atuado com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O foco imediato da entidade em seu início foi nas questões sociais e políticas envolvendo os veteranos da Campanha da Itália, a grande maioria dos quais foi abandonada à própria sorte pelo Governo Federal tão logo retornaram ao Brasil. Naquela época a busca pelo tratamento das doenças e sequelas físicas e psicológicas advindas do tempo de guerra, o enfrentamento da situação de abandono, desemprego, inadaptação social, familiar e profissional eram apenas alguns dentre tantos outros problemas que afligiam os ex-combatentes no Paraná e em todo Brasil.

A LPE se propôs a fazer muito mais do que prestar a imediata e necessária assistência às necessidades mais urgentes do veterano de guerra, o que de fato ela fez, sempre com amplo apoio de indivíduos e instituições da comunidade local e nacional. O que se buscava era também uma série de medidas legais de natureza previdenciária, médica, educacional, habitacional, cultural e profissional que lograssem a efetiva e proveitosa reintegração social do ex-combatente à vida civil. Em estreita associação com o objetivo de criar uma entidade voltada para a luta em prol da adoção e real aplicação de políticas públicas de amparo aos ex-

combatentes, sempre existiu a preocupação com a preservação, pesquisa e divulgação da História da FEB.

A assim chamada Casa do Expedicionário foi inaugurada em 15/11/1951. Sua construção foi resultado da iniciativa e determinação da LPE, e contou com o auxílio de entidades públicas e privadas, civis e militares, de entidades da sociedade civil, bem como de milhares de cidadãos da comunidade curitibana e de todo Brasil. Na sede própria da LPE o Museu ocupava, contudo, apenas uma das suas salas. Todas as outras eram ocupadas com serviços sociais que a LPE oferecia aos veteranos de guerra, como atendimento médico, dentário, jurídico, administrativo, cultural, educativo, profissional, etc. Nada menos de dez cômodos no andar superior do edifício foram reservados para hospedar os ex-combatentes de outras cidades em trânsito pela Capital, geralmente em busca de atendimento médico.¹

Oficialmente a entidade se assumia como apolítica e não-partidária. Naquele contexto inicial do processo de organização dos ex-combatentes em instituições era grande o conflito entre dois grupos distintos: os que defendiam a fusão da luta pelo amparo do Estado aos veteranos com a disputa pela definição das questões nacionais mais amplas, e os que pretendiam encaminhar as reivindicações dos ex-combatentes preservando sua especificidade e se mantendo distante da luta político-partidária. Naquele contexto de intensificação do conflito ideológico da Guerra Fria a partidarização das entidades representativas dos veteranos de guerra era acusada de ser do interesse dos comunistas. A ruptura da LPE com o Associação dos Ex-combatentes do Brasil em 1947 se deu precisamente por conta das acusações, lançadas pela entidade paranaense contra a nacional, de que estaria infiltrada de comunistas e se prestando aos propósitos destes, ao invés de se ater à perseguir objetivos de interesse dos veteranos. A partir daí a LPE passou a assumir uma postura tida como “apolítica” ou “apartidária”, deixando claro que a politização das entidades dos ex-combatentes seria uma manobra comunista.

Um exame das carreiras políticas dos dirigentes e associados da LPE nega inteiramente essa caráter “apolítico” ou “apartidário” da associação. Muito pelo contrário, talvez fosse o caso de se referir à LPE como entidade suprapartidária, tamanha quantidade de partidos nas quais seus membros e diretores fizeram carreira política.

¹ OLIVEIRA, Dennison de (org.). Guia do Museu do Expedicionário 2011. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/guia_museu_expedicionario.pdf

O primeiro desses casos foi o do próprio primeiro presidente da LPE, Felipe Aristides Simão, lançado – sem sucesso - candidato a vereador pelo Partido Libertador em 1947. Ele voltou a se lançar candidato e se eleger em 1951 pelo PL, obtendo 402 votos. Ele se reelegeu vereador também pelo PL em 1955, com 777 votos. Naquele mesmo ano participa da coligação de partidos que elegeu Ney Braga do Partido Democrata Cristão (PDC) prefeito de Curitiba.

Em 1958, na condição de Presidente da Câmara de Vereadores ele se lança candidato à prefeitura de Curitiba pelo PL, novamente em coligação com o PDC. Perdeu a eleição por pequena margem de votos. O candidato vencedor foi Iberê de Mattos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 32.313 votos (33,33% do total) contra os 26.691 (28,76%) de Simão. Em 1960 Ney Braga se lança candidato ao governo do Estado do Paraná, novamente pela coligação PDC-PL. Felipe Aristides Simão foi um dos mais longevos presidente da LPE, tendo exercido esse cargo em 1947/49, 1958/59, 1966/67, 1974/75.

Nas eleições de 1947 para deputado estadual a LPE também tinha seus candidatos. José Machuca se elegeu pelo PTB com 1.130 votos. Ele seria presidente da LPE em 1961/63, dentre outros cargos ocupados na entidade. Mario Montanha Teixeira obteve uma vaga de suplente pelo Partido de Representação (PRP) Popular de Plínio Salgado com seus 369 votos. Ele foi Secretário Geral da LPE entre 1947 e 1951 e vice presidente da entidade entre 1951 e 1952. Nas eleições seguintes em 1950 nenhum candidato oriundo da LPE conseguiu se eleger deputado estadual, embora José Machuca (PTB), Thadeu Sobocinski (PSP), Nelson de Macedo Justus (PRP) e Mario Montanha Teixeira (PRP) tenham obtido suplências. Thadeu Sobocinski foi membro da Comissão Fiscal da LPE entre 1947 e 1949, e vice-presidente entre 1949 e 1950 dentre outros cargos. Nelson de Macedo Justus foi Secretário de Propaganda e Publicidade entre 1947 e 1949. Mario Montanha Teixeira foi Secretário Geral da LPE nas gestões 1947/48, 1948/49 e 1950/51. No pleito de 1954 Tadeu Sobocinski do PSP conseguiu se eleger deputado estadual com 2.673 votos. José Machuca pelo PTB e Agostinho José Rodrigues pelo PR conseguiram suplências. Agostinho foi membro da Comissão Fiscal da LPE na gestão 1950/51.

Nas eleições de 1958 Tadeu Sobocinski do PSP obteve suplência e Agostinho José Rodrigues pelo PDC conseguiu se eleger deputado estadual com 3.163 votos. Em 1962

Agostinho José Rodrigues se reelege deputado estadual pelo PDC com 6.619 votos. Tadeu Sobocinski obteve com seus 3.577 votos uma suplência concorrendo pela coligação PRP/PTN/PST/PR/PSP/MTR. Ele voltaria a repetir esse desempenho nas eleições de 1966 quando obteve 5.435 votos e se tornou suplente de deputado pela ARENA.

A LPE não teria nenhum de seus membros eleito deputado federal senão em 1966 quando Agostinho José Rodrigues se elegeu pela ARENA com 26.290 votos. Nesse pleito Tadeu Sobocinski obteve uma suplência com 10.169 votos, também pela ARENA. Nas eleições de 1954 Mario Montanha Teixeira havia conseguido uma suplência pela UDN com 5.925 votos, mesma situação verificada com ele em 1958 quando obteve 438 votos. Em 1970 Italo Conti se elege deputado federal pela ARENA com 40.066 votos. Italo Conti foi Secretário de Assistência da LPE entre 1947 e 1949 e suplente da Comissão Fiscal da entidade entre 1949 e 1951. Ele e Agostinho José Rodrigues disputarão sucessivas eleições para deputado federal pela ARENA até os anos 1980.

Em 1974 Italo Conti e Agostinho José Rodrigues se elegem deputados federais pela ARENA com 45.897 e 28.453 votos respectivamente. Italo Conti consegue se reeleger deputado federal em 1978 com 52.998 votos, embora Agostinho José Rodrigues tenha obtido apenas a suplência com 17.129 votos. Finalmente, Italo Conti se reelege deputado federal pelo PDS em 1982 com 39.428 votos. Seria no exercício desse mandato que em 1984 votaria contra a emenda Dante de Oliveira que previa eleições diretas para o cargo de Presidente da República – um paradoxo, se levarmos em conta a tradicional associação entre a FEB e a luta pela democracia.

Nada existe de extraordinário no fato da entidade ter construído uma imagem pública que não necessariamente estava de acordo com as práticas que adotava em seu embate em defesa dos direitos dos ex-combatentes. O que chama a atenção é o fato de alguns pesquisadores que se dedicaram ao estudo da entidade não tenham logrado produzir uma interpretação sobre a imagem pública da entidade que não fosse exatamente aquela que a própria LPE se esforçava por divulgar². Faz parte do jogo político criar e manter estratégias de legitimação das próprias ações, mas não se pode confundir as representações da ação

² AMARAL, Maria do Carmo. Museu do Expedicionário: um lugar de memórias, Universidade Federal do Paraná, Dissertação Mestrado em História, 2001.

política com a prática política em si³. O vínculo entre a ação parlamentar dos eleitos e os interesses da LPE é destacado nessa passagem:

Neste mesmo ano, 1947, ingressam no processo eleitoral estadual lançam e elegem José Machuca como deputado estadual pelo PTB. O ex-combatente, advogado, vice-presidente Estadual do PTB, como deputado constituinte assume como 2º secretário da Mesa Executiva, torna-se um expoente da LPE no meio político. Autor da lei da doação do terreno para a construção da Casa do Expedicionário e a declaração da entidade como de Utilidade Pública pela Assembléia Legislativa Estadual, este ato passa a contar do próprio texto da Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 12 de junho de 1947. A LPE também contou como representante no quadro político paranaense com Mário Montanha Teixeira, que se elegeu suplente de deputado federal pela UDN em 1954 e, novamente em 1958 pelo PRP de Plínio Salgado. E em 1966 elegeu-se deputado federal Agostinho José Rodrigues pela ARENA. Cumpre destacar que o ex-combatente Agostinho Rodrigues foi Comandante da Guarda Civil, Secretário de Segurança, deputado estadual e federal por várias legislaturas, Governador de Estado interino... Outra lei que fez parte do rol de leis defendidas pelo expedicionário Agostinho Rodrigues junto ao então Ministro da Agricultura Bento Munhoz da Rocha, considerado pela associação como um dos seus grandes colaboradores, foi de doação de terras, estabelecimento de financiamento aos ex-combatentes a qual foi sancionada. Cabe destacar a lei que concedeu pensão mensal de mil cruzeiros às viúvas e filhos menores dos expedicionários paranaenses não amparados por lei federal, teve grande repercussão junto as autoridades federais. (NASS, 107-108)

Existem pois, abundantes elementos para se afirmar que é coisa superada as interpretações que tomam a LPE como “apolítica”, cabendo sim tomar a entidade como “suprapartidária”. Isso nos leva de volta ao exame das fontes históricas legadas pela LPE.

Foi realizado a partir do segundo semestre de 2011 um levantamento preliminar das fontes disponíveis – e até aqui inéditas – na sala do arquivo morto da LPE, permitindo conhecer o potencial interpretativo e o valor histórico de diferentes coleções de documentos. Embora árduo, o esforço de se consultar tais fontes é exequível. Trataremos de cada caso em ordem de importância.

O conjunto de documentos mais importante diz respeito a coleção de Fichas de Atendimento a Ex-combatentes (1946-1962) da Secretaria de Assistência Social da LPE. a Secretaria de Assistência Social da Legião Paranaense do Expedicionário se destinava a atender os pedidos de auxílio efetuados pelos ex-combatentes, sendo colocado a cargo de um

³ “Desde sua fundação, a LPE primou pela luta dos direitos sociais de seus afiliados, os quais buscavam seu amparo material. Adotando um caráter político conservador, seus dirigentes e associados incorporaram um discurso em que os interesses da entidade estariam voltados exclusivamente para busca de soluções dos problemas dos ex-combatentes, sem um aparente envolvimento ou mobilizações políticas partidárias.” (grifo meu). In: NASS, op. cit. Pg. 132.

diretor que, como os demais membros da diretoria, exercia um mandato de dois anos. A natureza e a variedade dos pedidos variava imensamente. As informações sobre essas demandas eram sistematizadas em fichas individuais de atendimento, nas quais constavam dados de identificação do ex-combatente, o auxílio demandado e o assim chamado “histórico da solução”, onde constavam as providências tomadas para atender ao solicitado e os resultados obtidos.

A diversidade de pedidos incluía providências solicitadas à LPE no sentido de prover emprego, atendimento médico, obtenção e/ou manutenção de órgãos artificiais, compra de medicamentos, pedidos de notícias de parentes, assistência jurídica para fazer valer os direitos garantidos nas leis de amparo aos ex-combatentes, reintegração ao emprego ou a carreira militar interrompida, hospedagem, auxílio para abertura de pequenos negócios ou comércio, obtenção de empréstimos, financiamento para despesas fúnebres dos veteranos de guerra ou seus familiares, etc. Incluía também ajuda emergencial, como se nota nos pedidos de pequenas somas de dinheiro para comer, tomar banho, fazer a barba, comprar roupas ou sapatos, etc. Essas informações estão descritas livremente na face de cada uma das 840 fichas de atendimento a pedidos de ajuda dos ex-combatentes que foi possível localizar.

A solução dada para cada caso varia enormemente. Em um número substancial de casos os ex-combatentes retornaram sucessivas vezes à LPE para pedir ajuda, tanto para antigos problemas não resolvidos quanto para sanar novas dificuldades que iam surgindo no processo de reintegração social destes. A reintegração social dos ex-combatentes é um processo longo, complexo e cheio de contradições, cuja reconstituição histórica com base em metodologia científica é cara e demorada. Com o exame e consulta à esta documentação é possível acompanhar em detalhe, através do exame do histórico da solução presente no verso dessas fichas, a vicissitudes, agruras e conquistas de cada um dos 840 casos de veteranos de guerra atendidos pela LPE ao longo de 35 anos.

Examinando a frequência com que aparecem os diferentes tópicos percebe-se que a ação mais recorrentemente exercida por parte da SA/FEB era mesmo atender aos pedidos de dinheiro por parte dos ex-combatentes. Em nada menos de 288 casos (18,95%) foi pedido dinheiro uma ou mais vezes. Alguns veteranos de guerra demandaram auxílios desse tipo por vários anos à SA/LPE. O menor valor fornecido pela LPE a um veterano de guerra foi de sete

cruzeiros, e o maior de nove mil cruzeiros, ao longo do período 1946-1960. Depois do auxílio financeiro o segundo tipo de pedido de ajuda mais frequentemente feito à SA/LPE foi de emprego. Foram 193 casos (12,70%) de veteranos de guerra pedindo alguma colocação, tanto em empresas privadas quanto no serviço público.

Em terceiro lugar em ordem de importância aparece o tópico Atendimento Médico. Entendido em termos estritos as ações da SA/LPE relativas ao Atendimento médico somam 191 casos (12,57%). São números substanciais que, somados a outros itens correlatos ao que se pode considerar atendimento a saúde, constituem o impressionante total de 348 casos ou 22,89% de todas ocorrências.

Em quarto lugar em quantidade de atendimentos da SA/LPE aparecem os 166 (10,92%) pedidos de auxílio dos interessados em obter os benefícios da Lei 1.095 de 07/01/1953, do Estado do Paraná. Essa lei concedia uma pensão às viúvas e órfãos de expedicionários nascidos naquele estado. Mais de dez por cento dos atendimentos prestados pela SA/LPE se referem a montagem e encaminhamento de processos visando obter o pagamento de pensões concedidas por esta lei.

O envolvimento dos ex-combatentes com a política-partidária nunca deixou de chamar a atenção dos pesquisadores. Contudo, esse envolvimento tem sido até aqui descrito e interpretado a partir do exame das biografias de alguns poucos ex-combatentes, geralmente aqueles que tiveram carreiras mais extensas ou notórias no sistema político-eleitoral. A ligação das entidades representativas dos ex-combatentes com o sistema partidário permanece ainda numa zona de obscuridade. Daí a importância da coleção de fichas de filiação ao Partido Libertador (PL), organizadas pelo ex-vereador e ex-presidente da LPE Felipe Aristides Simão. Trata-se de uma coleção de centenas de fichas individuais de filiação àquele partido, encontradas no arquivo morto da LPE recentemente. Trata-se de uma descoberta desconcertante para aqueles que tomavam ao pé da letra o caráter “apolítico” ou mesmo “não-partidário” daquela entidade⁴.

⁴ A literatura a respeito do Partido Libertador é exígua, afinal era tido como um partido de pouca importância naquele contexto cf. SOUZA, M. C. C. de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-64). São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. Um dos raros trabalhos específicos sobre o tema é TAUFER, Paulo Roberto. Partido Libertador: formação e atuação política. Dissertação de mestrado em História, UNISINOS, 2008.

Obviamente que o distanciamento da política partidária por parte da LPE sempre foi muito mais retórico do que concreto. Vários dos seus dirigentes concorreram a cargos públicos, sendo eleitos vereadores, deputados estaduais e federais. Propaganda política desses candidatos podia ser encontrada no órgão oficial da LPE, a Revista O Expedicionário. Contudo, o uso da máquina administrativa da entidade para o recrutamento de indivíduos numa base maciça permaneceu, até aqui, totalmente desconhecido. O fato não pode causar estranheza, uma vez que tal prática sempre foi oficialmente negada pela LPE em seus pronunciamentos.

Referências Bibliográficas

- AGUILAR, Paloma. Agents of memory: Spanish Civil War veterans and disabled soldiers. In: WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) War and remembrance in the twentieth Century. Cambridge University Press, 2000. Pp. 84-103.
- AMARAL, Maria do Carmo. Museu do Expedicionário: um lugar de memórias, Universidade Federal do Paraná, Dissertação Mestrado em História, 2001.
- ANDERSON, Beverly J. Reintegration & Readjustment Program For Iraqi Veterans: for officers returning from the war in Iraq. Disponível em <http://www.giftfromwithin.org/html/Police-returning-from-War.html> Acessado em 29/02/2012
- BALL, Simon. The bitter sea: the brutal world war II fight of the Mediterranean. Harper Press, London, 2010.
- BOSCHILIA, Roseli. O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1995. Boletim informativo da Casa Romário Martins, v. 22, n. 107, out. 1995.
- CAMARGO, Aspásia & GOES, Walder de. Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- _____, Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.
- _____, Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, vol. 40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997.
- CLARK, Mark. Calculated risk: his personal story of the war in north Africa and Italy.
- CONN, Stetson & FAIRCHILD, Byron. A estrutura de defesa do hemisfério ocidental. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo, Unesp, 2000.
- COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. Editora Hucitec, 1996. 333p.

- CREMONESE, D. A Díficil Construção da Cidadania no Brasil. In: Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, ano 5, n. 9, jan./jun., 2007.
- CYTRYNOWICZ, Roney. Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo, EDUSP, 2000.
- DEMERS, Ane. When veterans return: the role of community in reintegration. In: Journal of loss and trauma. 16:160-179. 2011
- DORATIOTO, F. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo, Cia. Das Letras, 2002. 617 p.
- DUCLOS Nathalie (org.) War veterans in post war situations: Chechnya, Serbia, Turkey, Peru, and Côte d'Ivoire. Palgrave Macmillan, 2012.
- DULLES, J. W. F. Castello Branco: o caminho para a presidência. Prefácio de Roberto Campos. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1979.
- EDELE, Mark Soviet Veterans of the Second World War: A Popular Movement in an authoritarian society, 1941-1991. Oxford University Press, 2008. 336 p.
- FERRAZ, F. C. & LOCASTRE, A. V. O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira. In: Militares e Política, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 81-98.
- FERRAZ, Francisco César Alves. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- _____. As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.
- _____. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V. & KRAAY, H. (orgs.) Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004. Pp. 365-388.
- _____. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). São Paulo, 2002. Tese Doutorado História Social, USP.
- _____. Tão próximos, tão distantes: o pós-guerra dos ex-combatentes do Brasil e dos Estados Unidos. In: OLIVEIRA, Dennison de (org.) A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro, CEPHIMEX, 2012. Pp. 41-48.
- KEEGAN, J. História ilustrada da Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003. 493 p
- KRIGER, Norma J. Guerrilla veterans in post war Zimbabwe: symbolic and violent politics (1980-1987). Disponível em <http://catdir.loc.gov/catdir/samples/cam033/2002031404.pdf>
- LINS, Maria de Lourdes Ferreira. A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação. São Paulo, Editora Unidas, 1975.
- MCCANN, Frank D. A aliança Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- MANSOOR, Peter R. The G.I. offensive in Europe: the triumph of american infantry divisions, 1941-1945. Kansas, University of Kansas Press, 2001.
- MAXIMIANO, César Campiani. Onde estão nossos heróis: uma breve história dos brasileiros na 2ª. guerra. São Paulo, 1995.
- _____. & José Gonçalves. Irmãos de armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial. São Paulo, Códex, 2005.
- MOCELIN, K. D. Memórias de Guerra: trajetória da FEB na Segunda Guerra Mundial. Monografia de Conclusão de Curso, História, UTP, 2009. Pg. 28.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. A FEB pelo seu comandante. São Paulo, Instituto Progresso Editorial Ltda. 1947.

NASS, Sirlei de Fátima. Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses. Dissertação Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, 2005.

MORRIS, Eric. Circles of hell: the war in Italy 1943-45. New York, Crown Publishers, 1993.

OLIVEIRA, Dennison. Os soldados brasileiros de Hitler. Curitiba, Juruá, 2008.

_____, Nacionalidade e cidadania: o caso dos soldados brasileiros de Hitler. In: Muitas faces de uma guerra: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de nacionalização no sul do Brasil, 2005, Florianópolis. Guerra e Diferença Cultural, 2005.

_____, Raça, ciência e a psiquiatria militar brasileira. In: Portugal - Brasil: uma visão interdisciplinar do Século XX, 2003, Coimbra. Atas do Colóquio Portugal - Brasil: uma visão interdisciplinar do Século XX. Coimbra, Quarteto, 2003. v. 1. p. 459-474.

_____, A ditadura do Estado Novo e a luta contra o nazi-fascismo (1942-45). In: Portugal - Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia, 2003, Curitiba. Portugal - Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia. Bauru : EDUSC, 2002. p. 165-182.

_____, Poder militar e identidade de grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica da psiquiatria militar brasileira. História Questões e Debates, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 117-154, 2001.

_____, Cultura e Poder nas das cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras: o caso de Monte Castelo. Revista de Ciências Humanas, Curitiba, v. 9, p. 31-56, 2000.

_____, (org.). Guia do Museu do Expedicionário 2011. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2011/10/guia_museu_expedicionario.pdf Acessado em 29/02/2012

_____, & Campiani, César Maximiano. Raça e forças armadas: o caso da Campanha da Itália (1944/45). Estudos de História, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-53, 2001.

PEREIRA, Maria Elisa. Voce sabe de onde eu venho? O Brasil dos cantos de guerra, 1942-1945. Tese doutorado em História, USP. São Paulo, 2009.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. Um olhar à esquerda: os veteranos da FEB (1942-1952). In: Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo, ABED, 2012, p. 125.

_____, A Associação de Ex-combatentes do Brasil: conflito ideológico e a esquerda militar (1945-1950). In: OLIVEIRA, Dennison de (org.) A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro, CEPHIMEX, 2012. Pp. 17-24.

RODRIGUES, Everton Gustavo. A Contenda das Divisas sem Butim: Eixos de Massa e Distinção Social na Socialização Militar do Exército Brasileiro (1994-2004). Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=190> Acessado em: 22/08/2011

RODRIGUES, Pauline Bitzer. O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e a memória dos ex-combatentes brasileiros. In: Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo, ABED, 2012, p. 124.

ROSA, A. S. A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira. Dissertação de Mestrado em História, UFPR, 2010

ROSE, R. S. Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil (1930-54). São Paulo, Cia. da Letras, 2001.

SANTOS, Claudney Silva dos. Veteranos e vigilantes: o caso da associação dos ex-combatentes da região cacaueira – um recorte historiográfico. Disponível em http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/claudney_silva_dos_santos.pdf Acessado em 12/12/2011

SANTOS, Wellington Corlet dos. A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas conseqüências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965. Dissertação Mestrado em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2008.

SEITENFUS, Ricardo. O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri, Manole, 2003.

SILVA, Marcio Pinheiro aparecido da. Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: memórias e identidades de ex-combatentes no sul de Mato Grosso. Monografia de Conclusão de Curso. UFMS, 2011.

_____. A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira no Mato Grosso do Sul. In: OLIVEIRA, Dennison de (org.) A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro, CEPHIMEX, 2012. Pp. 57-64.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro, BIBLIX/Editora Expressão e Cultura, 2001. Pp. 235-244.

Socio-economic reintegration of ex-combatants. Organização Mundial do Trabalho, Genebra, 2009. 165 p. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/instructionalmaterial/wcms_141276.pdf Acessado em 29/02/2012.

SOUZA, M. C. C. de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-64). São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

STARR, Chester G. From Salerno to the Alps: a history of the fifth army (1943-45). Washington, Infantry Journal Press. 1948.

THOMAZI, R. L. M. A hierarquia e a disciplina aplicada as instituições militares: controle e garantias no regulamento disciplinar da Brigada Militar. Dissertação de Mestrado em Direito, UCRS, 2008.

TOTA, Antonio Pedro. O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

TAUFER, Paulo Roberto. Partido Libertador: formação e atuação política. Dissertação de mestrado em História, UNISINOS, 2008.

VIANA, Renata. Os ex-combatentes civis da Força Expedicionária Brasileira e a difícil retomada da vida anterior à guerra. In: OLIVEIRA, Dennison de (org.) A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro, CEPHIMEX, 2012. Pp. 81-87.

VAN HELS, Mark David. To hear only thunder again: America's World War II veterans come home. Lexington Books, 2001. 271 p.

VOLKOGONOV, Dmitri. Stalin: triunfo e tragédia. 2 Vol. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004.

WINTER, J. & SIVAN, E. (orgs.) War and remembrance in the twentieth Century. Cambridge Univesity Press, 2000. Pp. 84-103.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL